



José Gabriel Ávila*

Políticos “esforçados”



Dentro em pouco, os portugueses voltarão a ser invadidos por arraiais mediáticos e acesos e controversos debates visando captar a simpatia dos eleitores às suas propostas políticas.

É o processo democrático a desenrolar-se, pese embora as naturais críticas que sempre se levantam na escolha dos candidatos, na elaboração dos programas eleitorais e nos processos de comunicação ao eleitorado.

Com o decorrer dos anos, o povo vai descrendo cada vez mais nos seus representantes face à divulgação de casos alegadamente reprováveis que não dignificam a missão de representatividade democrática de que foram incumbidos para promoverem o bem-comum e cumprirem as promessas publicamente assumidas.

Para além das situações eticamente reprováveis, merece também crítica o discurso político, porque roça o insulto, a crítica inconsistente aos adversários, cultiva a banalidade, não respeita a boa educação tão do agrado do Povo, nem a linguagem simples e apelativa que devia gerar a empatia e mobilizar os cidadãos para projetos comuns de desenvolvimento.

Não é por muito se repetir um discurso de mudança e renovação, ou por se prometer obras e melhoria de serviços, apoios neste ou naquele setor económico, que os cidadãos confiarão nos compromissos eleitorais. É preciso explicar o quê, onde, como, quando e porquê se vai fazer diferente, para que as promessas não se arrastem no tempo e se percam na memória das gentes.

Acusar adversários de arrogância, cansaço e incompetência, é um discurso que já não cola, pois todos os detentores do poder, infelizmente, adquirem tiques desses defeitos mal assumem funções de governança ou integram blocos maioritários.

A humildade – virtude tão badalada por alguns políticos – significa também verdade, reconhecimento das limitações, capacidade para ouvir os problemas dos cidadãos – de todos sem exceção – e de confessar os erros. É que ninguém é perfeito e na ação governativa, os erros, quando transformados em críticas aos adversários, não colam.

Governar é uma importante e difícil missão, um compromisso corajoso, um serviço constante, uma responsabilidade competente a que se só uns poucos se candidatam.

Por isso que recorrer continuamente ao discurso do **esforço** do governo, para justificar as ações governativas diz pouco às populações que acreditaram nas capacidades dos seus eleitos.

Cito alguns exemplos de discursos políticos recentes:

«Com a mesma determinação com que soubemos conter-nos em casa, temos de fazer o **esforço** (*sublinhados meus*) de sustentar empresas, emprego e rendimento.» (Primeiro Ministro António Costa, 22-05-2020);

“Nós temos feito o **nosso esforço enquanto Governo** de criar o maior número de vagas possível [de profissionais de saúde], por exemplo, no primeiro concurso e vamos abrir um novo concurso para médicos especialistas”.(António Lacerda Sales, Sec.Estado Saúde, 11/11/2021)

Mas não é obrigação de um qualquer Governo ou governante proceder desse modo, por compromisso público assumido no início de funções?

Aqui nos Açores, o Secretário Regiona da Saúde recorre também ao uso desse chavão:

«O Governo está a desenvolver “um **esforço muito grande** de dotar também esta infraestrutura [HDES] de equipamentos técnicos e tecnológicos, adequados aos novos tempos”(25-10-2021).

Ou noutra ocasião, a propósito da conclusão das negociações salariais com os enfermeiros: “um **grande esforço do Governo**” (Clélio Menezes, 25-08-2021).

O mesmo governante, sobre a abertura dos Serviços de Atendimento Permanente, nos Centros de Saúde de São Roque e das Lajes do Pico, repetiu a mesma palavra frisando que tal acontece “com **grande esforço do Governo** Regional e da Unidade de Saúde de Ilha do Pico...” (30-08-2021).

Ao sublinhar-se o “esforço” que também significa: ação enérgica, coragem, diligência, zelo, ânimo e vigor, qualidades que devem acompanhar a ação de qualquer governante, opta-se por um discurso político egocêntrico, que de tanto repetido, se torna também arrogante, contrário à humildade política que se diz professor. Talvez fosse mais aceitável falar do dever de defender a igualdade de direitos que, infelizmente ainda penalizam uns mais que outros em vez de falar de esforço para os que menos têm.

O povo costuma dizer que “ninguém é bom juiz em causa própria”.

É tempo de mudar de discurso, de deixar de acusar o passado porque importa construir o presente e o futuro com novos projetos e novas dinâmicas. É por isso que o poder é, temporariamente, alternante.

A sabedoria construída ao longo de gerações aconselha, por isso, a máxima prudência e recato, em favor da tolerância, da proximidade com as populações e da auscultação das suas propostas e inquietações.

Nestes tempos de grande controvérsia em que todos se arrogam da presunção de detentores da verdade era do interesse de todos que governantes e partidos se contivessem no discurso político e apresentassem as melhores soluções e compromissos.

Da **arrogância**, qualidade daquele que exhibe superioridade em relação aos outros, que tem manifestações de altivez, de sobranceira, presunção, insolência, (Dicionário de Língua Portuguesa), ninguém beneficia, nem o Povo a aceita, porque envolve sempre a humilhação do adversário.

A democracia não é uma luta fratricida, nem um coliseu romano onde o vencedor mata o outro gladiador. Antes, o regime onde a prática do diálogo construtivo e a sensatez, são a regra para a solução dos problemas.

Neste tempo de Natal, a melhor mensagem que se pode desejar a este mundo inquieto e atribulado é o bem da saúde e a vivência em concórdia.

<http://escritemdia.blogspot.com>

*Jornalista c.p.239 A